

*2 SET 1989

A Dívida Devida

JORNAL DO BRASIL

O debate sobre a dívida externa brasileira voltou a ganhar tom emocional à medida que a eleição de 15 de novembro fica mais perto. Alguns candidatos e assessores de candidatos chegam a propor o pagamento da dívida com a apropriação integral do deságio de 70% vigente nos negócios realizados por bancos credores que querem se livrar do risco que o Brasil representa.

Trata-se, sem dúvida, de um devaneio retórico que desconhece os fatos. Os grandes credores, evidentemente, não vão sair liquidadando os ativos brasileiros em carteira, pois não terão compradores. Mas o próprio Plano Brady já reconheceu a inevitabilidade da aplicação do deságio na dívida dos países devedores. Resta fixar seu limite.

A Comissão Especial do Senado que investigou o processo de endividamento externo do Brasil concluiu que houve um acréscimo de US\$ 25 bilhões no débito brasileiro em função da forte alta real dos juros internacionais flutuantes entre 1979 e 1983, causada pelo crescimento excessivo do déficit fiscal dos Estados Unidos. Entre 1975 e 1979 os juros mantiveram a média real de 2%, contra 6,6% entre 1980 e 1985.

Esse ônus sobre a dívida dos devedores (com efeito perverso sobre o déficit público) é a responsabilidade moral dos EUA no problema, que levou a iniciativas como a do Plano Brady, já aplicado ao México. Para o Brasil, parece insuficiente o deságio obtido pelo México sobre a dívida a juros flutuante junto aos bancos comerciais, parece insuficiente.

Os US\$ 25 bilhões de acréscimo extraordinário na dívida corresponderiam a 33% da dívida bancária brasileira flutuante de aproximadamente US\$ 74 bilhões (incluindo US\$ 7 bilhões devidos às agências de bancos brasileiros no exterior, com predominância do Banco do Brasil). Esse percentual, portanto, parece mais factível de ser obtido do que os 70% de deságio com que estão sendo cotados os títulos brasileiros.

O Brasil precisa saber tirar partido de argumentos e trunfos irrefutáveis para renegociar a dívida no futuro governo com a autoridade do voto da maioria dos 82 milhões de eleitores. As complexas negociações com os governos credores, organismos financeiros internacionais e banqueiros privados não comportam a retórica, apenas a objetividade. A distância entre as duas atitudes é a mesma que poderá separar o hipotético deságio de 70% dos 15% obtidos pelo México.